



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 590, DE 2023**

**(Do Sr. Deltan Dallagnol)**

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para determinar que o laudo médico pericial que ateste o Transtorno do Espectro Autista deverá ter prazo de validade indeterminado.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-26/2022.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado Deltan Dallagnol

Apresentação: 16/02/2023 19:48:14.603 - Mesa

PL n.590/2023

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2023**  
(Do Sr. Deltan Dallagnol)

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para determinar que o laudo médico pericial que ateste o Transtorno do Espectro Autista deverá ter prazo de validade indeterminado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para determinar que o laudo médico pericial que ateste o Transtorno do Espectro Autista deverá ter prazo de validade indeterminado.

Art. 2º A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar acrescida do art. 7º-A, com a seguinte redação:

“Art. 7º-A. O laudo médico pericial que ateste o Transtorno do Espectro Autista – TEA terá prazo de validade indeterminado.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O presente projeto de lei visa aperfeiçoar a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para garantir que o laudo

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 739 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.160 - 900  
[dep.deltandallagnol@camara.leg.br](mailto:dep.deltandallagnol@camara.leg.br) | 61 3215-5739



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Deltan Dallagnol  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.2mar.leg.br/CD237563330100>





médico pericial que ateste a condição do Transtorno do Espectro Autista - TEA tenha validade indeterminada.

O autismo é caracterizado como “transtorno global do desenvolvimento, no qual existem alguns comprometimentos, em um espectro amplo, que varia de um grau leve a elevado. O quadro de autismo é considerado como uma ausência de comunicação e contato social entre as crianças e adolescentes.”<sup>1</sup>

O TEA não é uma doença, mas sim uma condição. Os tratamentos podem melhorar o desenvolvimento e a qualidade de vida dos autistas, mas, ainda assim, sua condição é permanente. A pessoa que nasce com o transtorno permanece com ele ao longo de toda a vida<sup>2</sup>.

Assim, estabelecer prazo de validade para o laudo médico que atesta a condição de autismo impõe um ônus desnecessário sobre o autista e sua família, que por vezes precisa esperar por meses na fila de uma consulta especializada no Sistema Único de Saúde, privando o autista e sua família de direitos que a lei prevê.

Assim, a exigência de prazo de validade para o laudo de autismo na contramão da literatura médica mais atual sobre o tema e implica uma violação grave dos direitos dos autistas que passam a ser desrespeitado com base em uma exigência indevida.

A medida prevista neste projeto pretende trazer segurança jurídica e tranquilidade aos autistas e suas famílias, ao retirar delas o ônus de buscar repetidamente novas consultas médicas para renovar laudo atestando condição que é imutável.

Submeter os autistas e suas famílias a terem que pleitear reiteradamente novos laudos a respeito da condição apenas contribui para aumentar uma desnecessária ocupação dos serviços de saúde e expandir burocracias.

1 Autismo: vencendo esse desafio / Câmara dos Deputados. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

2 <https://educadiversidade.unesp.br/guia-de-orientacoes-sobre-transtorno-do-espectro-autista/>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado Deltan Dallagnol

Várias unidades da federação já avançaram na defesa dos direitos dos autistas e aprovaram leis estaduais em prol do reconhecimento do laudo sem prazo de validade, como Espírito Santo<sup>3</sup>, Goiás<sup>4</sup>, Pará<sup>5</sup>, Paraná<sup>6</sup>, Piauí<sup>7</sup>, Rio Grande do Sul<sup>8</sup> e outros. Agora, queremos uniformizar a legislação federal e ampliar essa proteção aos autistas e suas famílias.

Destarte, pedimos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação desta proposição.

Sala da Sessão, em                      de fevereiro de 2023.

**DELTAN DALLAGNOL**  
**Deputado Federal PODEMOS/PR**

3<https://www.al.es.gov.br/Noticia/2022/05/42942/e-lei-laudo-de-autismo-tem-prazo-indeterminado.html>

4<https://portal.al.go.leg.br/noticias/118447/lei-aprovada-pela-assembleia-que-elimina-prazo-de-validade-do-laudo-medico-para-pessoas-com-autismo-e-sancionada>

5<https://agenciapara.com.br/noticia/25440/governo-sanciona-lei-que-torna-permanente-laudo-para-transtorno-do-espectro-autista>

6<https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/laudo-para-atestar-a-condicao-de-autista-tem-validade-indeterminada-no-parana>

7<https://www.al.pi.leg.br/institucional/noticias/sancionada-lei-que-garante-validade-permanente-a-laudo-medico-pericial-do-autismo>

8<https://www4.al.rs.gov.br/noticia/330047>

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 739 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.160 - 900  
[dep.deltandallagnol@camara.leg.br](mailto:dep.deltandallagnol@camara.leg.br) | 61 3215-5739



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Deltan Dallagnol  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237563330100>



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012-12-27;12764">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012-12-27;12764</a>

**FIM DO DOCUMENTO**